

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.518.681 - BA (2015/0048534-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA
ADVOGADO : CLÁUDIA SAYURI SHIGEKIYO MIRANDA SILVA E OUTRO(S) -
BA023879
RECORRIDO : ESTADO DA BAHIA
PROCURADOR : ROBERTO LIMA FIGUEIREDO E OUTRO(S)

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado:

"AÇÃO ORDINÁRIA. COBRANÇA DE COMPENSAÇÃO FINANCEIRA. AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL. IMPROCEDÊNCIA DO PLEITO.

1. De uma simples consulta ao site oficial da municipalidade, conclui-se que o subscritor da procuração outorgada ao patrono, Carlos Robson Rodrigues da Silva, de fato, é o alcaide do município autor. Dessa forma, considerando as regras previstas nos artigos 154, 244 e 250 do CPC, as quais homenageiam o princípio da instrumentalidade das formas, afasta-se a preliminar de irregularidade de representação suscitada pela defesa.

2. Pretende o autor a compensação financeira ou participação governamental no resultado da exploração de petróleo, xisto betuminoso e do gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, observado o prazo prescricional. Diante de tal pedido e dos artigos 1º e 3º do Decreto 20.910/32, não há motivos a justificar o acolhimento da prejudicial de prescrição da pretensão autoral.

3. O pedido do autor, ente municipal, a perceber - compensação financeira ou participação governamental no resultado da exploração de petróleo, xisto betuminoso e do gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, não logra êxito. Isso porque o fundamento jurídico do seu pedido, art. 9º da Lei nº. 7.990/89, o qual remetida sua eficácia aos artigos 2º, §1º, 6º, §3º e 7º, do mesmo diploma legislativo, não mais está vigente. Precedentes deste Tribunal Pleno. Ação ordinária julgada improcedente. Condenação do município autor ao pagamento de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa a título de honorários advocatícios, dispensadas, por força do art. 2º, da Lei

Superior Tribunal de Justiça

11.631/2009" (fl. 432e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 453/473e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. EMBARGOS REJEITADOS.

Da análise dos Embargos, conclui-se, facilmente, que o embargante não busca sanar um dos vícios apontados no art. 535, incisos I e II do Código de Processo Civil e sim prequestionar e rediscutir a matéria dos autos.

O acórdão embargado apreciou devidamente a questão posta em juízo, porquanto foi taxativo ao declarar que a pretensão do município autor esbarra na falta de amparo legal, visto que as normas invocadas a seu favor - Lei 7.990/89, assim como a Lei 9.478/89 e o Decreto 01/91, foram revogadas ou sequer adquiriram vigência.

Com mais precisão, anote-se que o art. 2º, §1º, da Lei nº. 7.990/89 foi revogado pela Lei nº. 9.648/98, o art. 6º, §3º da Lei nº. 7.990/89 foi objeto de veto presidencial e o art 7º, que tinha por escopo atribuir nova redação a dispositivos da Lei nº. 2004/53, foi revogado pela Lei nº. 9.478/97.

Dessa forma, fácil concluir que a compensação financeira almejada pela municipalidade não tem previsão legal, porque foi esvaziado o conteúdo do dispositivo legal que lhe dava suporte (art. 9º da Lei nº. 7.990/89) e, portanto, não há como acolher o pleito exordial" (fl. 477e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a e c**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta, além do dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 1º, 7º, 9º da Lei 7.990/89, 45, 47, 48, 49, I, II, letra 'e', da Lei 9.478/97, 17, 18 e 23 do Decreto 01/91, sustentando que: a) "o Estado da Bahia se enquadra como Município Produtor e confrontante da produção de petróleo, xisto betuminoso e gás natural na plataforma continental e de poços terrestres, pelo que, vem recebendo mensalmente ao longo de décadas a compensação financeira sem jamais ter transferido a parcela constitucional devida aos Municípios baianos (Art. 23 do Dec. nº 01/91 e Art. 9º da Lei 7.990/89), qual seja, 25% (vinte e cinco por cento) da parcela que lhes é atribuída de acordo com o Art. 7º da Lei 7.990/89" (fl. 494e); b) "temos *in casu* a determinação da transferência (obrigatória) dos Estados produtores e confrontantes aos Municípios da compensação financeira que lhe é atribuída. A base para a determinação da distribuição da parcela de até 5% dos *royalties* de que ora se cogita é o valor do óleo bruto e do gás

Superior Tribunal de Justiça

extraído dos territórios onde se fixar a lavra do petróleo ou se localizarem instalações marítimas ou terrestres de embarque ou desembarque de óleo bruto ou de gás natural" (fls. 497/498e); c) "as Leis que complementaram o sentido da Lei Primitiva (Lei nº 2004/53) estão em plena vigência, seja em razão de encontrar referência e ratificação na mais atual legislação que regula a matéria promulgada, atinente à regulamentação da exploração dos hidrocarbonetos na área do pré-sal, bem como pela própria Agência Reguladora que imprime eficácia ao texto legal" (fl. 513e).

Requer, ao final, o provimento do recurso.

Contrarrazões a fls. 560/564e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 566/568e).

A irresignação merece prosperar.

Acerca da controvérsia, manifestou-se o Tribunal de origem:

"Não logra êxito a tese do autor.

Isso porque o fundamento jurídico do seu pedido, art. 9º da Lei nº. 7.990/89, o qual remetida sua eficácia aos artigos 2º, §1º, 6º, §3º e 7º, do mesmo diploma legislativo, não mais está vigente.

Com efeito, o repasse previsto no referido dispositivo legal está expressamente vinculado aos créditos devidos ao ente municipal por força de normas legais que não mais vigoram, como se passa a demonstrar.

Com mais precisão, anote-se que o art. 2º, §1º, da Lei nº. 7.990/89 foi revogado pela Lei nº. 9.648/98, o art. 6º, §3º da Lei nº. 7.990/89 foi objeto de veto presidencial e o 7º, que tinha por escopo atribuir nova redação a dispositivos da Lei nº. 2004/53, foi revogado pela Lei nº. 9.478/97.

Dessa forma, fácil concluir que a compensação financeira almejada pela municipalidade não tem previsão legal, porque foi esvaziado o conteúdo do dispositivo legal que lhe dava suporte (art. 9º da Lei nº. 7.990/89) e, portanto, não há como acolher o pleito exordial" (fls. 434/435e).

No entanto, o decidido pelo Tribunal **a quo** está em confronto com a jurisprudência do STJ, firmada no sentido de que, malgrado o art. 83 da Lei 9.478/97 tenha revogado a Lei 2.004/53, restam preservados os critérios de repasse dos **royalties** insculpidos na Lei 7.990/89.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

"PROCESSUAL CIVIL E FINANCEIRO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO

N. 3/STJ. *ROYALTIES* DOS RECURSOS NATURAIS. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO. REPASSE DO ESTADO AO MUNICÍPIO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem negou provimento à pretensão do Município ora recorrente sob o fundamento de que o artigo 9º da Lei 7.990/1989 teve a sua eficácia normativa esvaziada.

2. **Realizando uma interpretação sistemática da legislação de regência dos royalties verifica-se que não obstante a Lei 2.004/1953 encontrar-se revogada pelo artigo 83 da Lei 9.478/1997, os critérios de repasse dos royalties previstos na Lei 7.990/1989 encontra-se preservado, pois está foi a intenção do legislador quando na redação original do artigo 48 da Lei 9.478/1997 fez referência expressa aos critérios da Lei 7.990/1989. Trata-se de técnica legislativa, na qual preferiu-se adotar os critérios da Lei e não os artigos da Lei.** Nesse sentido: REsp 1.401.940/BA, de minha relatoria, Segunda Turma, julgado em 17/09/2015; REsp 990.695/ES, Rel. Ministro José Delgado, Rel. p/ Acórdão Ministro Luiz Fux, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/03/2011, DJe 06/03/2012.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.600.994/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/10/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. COMPENSAÇÃO FINANCEIRA DECORRENTE DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E SIMILARES. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO. DEVER DO ESTADO DE REPASSE DA RECEITA A MUNICÍPIO.

1. O Tribunal de origem negou provimento à pretensão do município ora recorrente sob o fundamento de que o artigo 9º da Lei 7.990/1989 teve a sua eficácia normativa esvaziada.

2. **Realizando uma interpretação sistemática da legislação de regência dos royalties, verifica-se que não obstante a Lei 2.004/1953 encontrar-se revogada pelo art. 83 da Lei 9.478/1997, os critérios de repasse dos royalties previstos na Lei 7.990/1989 encontram-se preservados, pois esta era a intenção do legislador quando, na redação original do art. 48 da Lei 9.478/1997, fez referência expressa aos critérios da Lei 7.990/1989. Trata-se de técnica legislativa, na qual se preferiu adotar os critérios da Lei e não os artigos da Lei.** (REsp 1.401.940/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 28/09/2015.)

Superior Tribunal de Justiça

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.551.636/BA, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 27/11/2015).

"PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALÍNEA 'C'. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS JULGADOS. DISPOSITIVOS APONTADOS COMO VIOLADOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. ROYALTIES DOS RECURSOS NATURAIS. CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO. REPASSE DO ESTADO AO MUNICÍPIO. PREVISÃO LEGAL. ARTIGO 48 DA LEI 9.478/1997 (REDAÇÃO ORIGINAL) E 9º DA LEI 7.990/1989.

1. A divergência jurisprudencial deve ser demonstrada segundo o disposto no arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ, que exigem o cotejo analítico das teses dissidentes com a demonstração das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais impede o conhecimento do Recurso Especial com base na alínea 'c' do inciso III do art. 105 da Constituição Federal.

2. 'Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*.' (Súmula 211/STJ).

3. O Tribunal de origem negou provimento à pretensão do Município ora recorrente sob o fundamento de que o artigo 9º da Lei 7.990/1989 teve a sua eficácia normativa esvaziada.

4. **Realizando uma interpretação sistemática da legislação de regência dos *royalties* verifica-se que não obstante a Lei 2.004/1953 encontrar-se revogada pelo artigo 83 da Lei 9.478/1997, os critérios de repasse dos *royalties* previstos na Lei 7.990/1989 encontram-se preservados, pois está era a intenção do legislador quando na redação original do artigo 48 da Lei 9.478/1997 fez referência expressa aos critérios da Lei 7.990/1989. Trata-se de técnica legislativa, na qual preferiu-se adotar os critérios da Lei e não os artigos da Lei.**

5. **Em igual sentido já entendeu a Primeira Turma do STJ: 'Assim, deve-se entender que, não obstante a revogação da referida Lei n. 2.004/53 pelo art. 83 da mesma Lei n. 9.478/97, os critérios de repassamento dos *royalties* continuam tendo validade, pois esta era a intenção do legislador ao fazer referência à Lei n. 7.990/89. De acordo com o art. 9º da Lei n. 7.990, de 1989, deve o Estado recebedor dos referidos**

Superior Tribunal de Justiça

royalties repassar, mensalmente, a título de compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, ao município onde tal ocorreu, o montante de 25% (vinte e cinco por cento).’ (REsp 990.695/ES, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/03/2011, DJe 06/03/2012) 6. Recurso especial parcialmente conhecido, e nessa parte provido” (ST, REsp 1.401.940/BA, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 28/09/2015).

Desse modo, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Dessarte, não tendo a Corte **a quo** observado os critérios de repasse dos **royalties** estabelecidos pela Lei 7.990/89, de rigor a devolução dos autos à origem para análise da pretensão do recorrente à luz dessa disciplina normativa.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento do Recurso Especial**, para determinar o retorno dos autos à origem, nos termos da fundamentação.

I.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora